

A Associação Profissional dos/as Psicólogos/as Alemães/ãs junto com a Berliner Ini. e outras associações reivindica uma emenda ao Sozialgesetzbuch [Código Social]:

A psicoterapia (PT) na língua materna (lm) e sensível a questões culturais deve estar disponível como prestação social, sobretudo como prestação do seguro-saúde, a pessoas com contexto migratório (pcm). Psicoterapeutas (PP) adequados devem ser integrados.

Em detalhe:

- que psicoterapias sensíveis às questões culturais (na lm, sensíveis a questões do gênero etc.) para adultos, adolesc. e cri. sejam integradas no catálogo das prestações do sistema de saúde;
- que sejam criadas as condições estruturais necessárias para a implementação dos „Eckpunkte zur Verbesserung und Anerkennung von im Ausland erworbenen berufl. Qualifikationen und Berufsabschlüssen“ [Pontos principais para a melhoria e o reconhecimento de qualificações e formações profissionais adquiridas no Exterior];
- que seja criada uma quota para PT na lm na distribuição das licenças para abrir um consultório;
- que – caso não estejam disponíveis PP adequados – os seguros-saúde sejam obrigados a financiar a tradução por intérpretes profissionais com formação especial;
- que sejam encomendados projetos de pesquisa sobre a PT na ml e a saúde mental de pcm.

Justificativa

Especialistas de diferentes áreas da PT constataam: na República Federal da Alemanha, não está garantido o atendimento suficiente com PT de qualidade assegurada para pessoas com contexto migratório (pcm), conforme as diretivas de Sonnenberg (2002). Esta deficiência prejudica em especial cri. e adult. com cm que estão social e economicamente desvantajados. Para eles, a psicoterapia sensível a questões culturais e do gênero está disponível em medida totalmente insuficiente (veja Berliner Erklärung: Zur Notlage bei der psychol. und psychoth. Versorgung von MmZ [Declaração de Berlim: sobre a situação de emergência no atendimento psicol. e psicot. de pcm). Esta deficiência atinge também de forma grave mulheres migrantes com experiência de violência, sendo que, regra geral, é indispensável que elas recebam uma PT realizada por PP do sexo feminino que dominam sua língua. Além disso, também faltam ofertas PT „seguras“ para pcm que vivem sem documentos na Alemanha ou cujo processo de requerimento a asilo ainda está em curso. Conforme o relatório da Comissão Europeia de 26/11/2007, esta situação na Alemanha viola a legislação vigente da União Europeia. A legislação da União Europeia obriga *todos* os países acolhedores ao tratamento de pessoas com especial necessidade de proteção (2003 L 31 + 2004 L 304); pessoas com “especial necessidade de proteção” são pessoas que “... tenham sido sujeitas a actos de tortura, violação ou outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual” (2003/9/CE Art. 20 + Thüringer Erklärung).

Devido à oferta insuficiente há normalmente tempos de espera longos ou os pedidos são rejeitados. (Freqüentemente, o tempo de espera é de dois anos ou mais.)

A falta de atendimento psicoterapêutico adequado pode levar à cronificação. Esta não só pode ser muito difícil para a pessoa adoecida mas também para toda sua família, sobretudo os filhos. Além disso, ela pode levar a custos evitáveis para o sistema de saúde.

Porém, a oferta deficitária na Alemanha contrasta com a presença de psicoterapeutas dos mais diversos países de origem. Estes seriam capazes de realizar terapias na língua materna e sensíveis a questões culturais e do gênero. Muitos destes terapeutas não tiveram a oportunidade de realizar o reconhecimento de suas formações profissionais adquiridas nos seus países de origem e de receber autorização de trabalhar como médico/a. Isto explica-se por motivos diversos (p. ex. obstáculos demasiadamente altos para terapeutas que não são cidadãos de um país da União Européia). Devido às restrições gerais de admissão, muitas e muitos psicoterapeutas com autorização de trabalhar como médicos/as e com contexto migratório candidatam-se durante anos à integração no sistema dos seguros-saúde (permissão de abrir um consultório) – sem sucesso. Apesar de suas qualificações específicas para a psicoterapia na língua materna, elas e eles também não recebem autorizações oficiais – isto é explicado com referência ao (alegado) número demasiadamente alto de psicoterapeutas. Tudo isto resulta em uma demanda considerável por tratamentos psicoterapêuticos na língua materna na Alemanha.

Deveria ser lançado um estudo científico urgente para determinar a demanda real por psicoterapia na língua materna e sensível a questões culturais e do gênero, assim como o número, as qualificações e os países de origem de psicoterapeutas que residem na Alemanha. Porém, este estudo não deveria levar a atrasos no plano de ação atual a ser desenvolvido.